DA FOME A EMANCIPAÇÃO SOCIAL: EDUCAÇÃO POPULAR E DISPUTA POR PROJETOS DE SOCIEDADE

Gabriela dos Santos Sousa[1]; Jemerson Vinicius Costa Oliveira[2]; Alcione Nawroski[3]

[1]Universidade Estadual Vale do Acaraú, gabrielassantos@gmail.com

[2]Universidade Estadual Vale do Acaraú, jemersonviniciuscosta@gmail.com

[3] Universidade Estadual Vale do Acaraú, alcione_nawroski@uvanet.br

Resumo

O presente trabalho analisa a fome na América Latina como expressão de um projeto histórico de sociedade, estruturado pela concentração fundiária, pela dependência econômica e pela reprodução das desigualdades sociais. Parte-se da compreensão de que a fome não se configura como fenômeno natural ou biológico, mas como produto de relações sociais desiguais que atravessam diferentes dimensões da vida, inclusive o acesso à educação. Nesse sentido, discute-se a articulação entre fome, negação do conhecimento e manutenção das hierarquias sociais, evidenciando o papel do que se denomina "latifúndio do saber", no qual o acesso ao conhecimento é concentrado e utilizado como mecanismo de controle social. A pesquisa, de natureza qualitativa e de caráter bibliográfico, fundamenta-se em autores como Josué de Castro, Florestan Fernandes, Paulo Freire e Maria da Glória Gohn, buscando compreender a relação entre fome e educação popular no contexto latino-americano. Argumenta-se que a educação popular se constitui como prática político-pedagógica vinculada às lutas das classes populares, atuando na construção da consciência crítica e na disputa por projetos de sociedade. Conclui-se que o enfrentamento da fome exige transformações estruturais que ultrapassem medidas assistenciais, sendo a educação elemento central na construção de alternativas emancipatórias e na superação das desigualdades historicamente produzidas.

Palavras-Chave: Fome; Educação Popular; Desigualdade Social; América Latina; Emancipação Social.

Introdução

Se o que nos consome fosse apenas fome
Cantaria o pão
Como o que sugere a fome
Para quem come
Como o que sugere a fala
Para quem cala
Como que sugere a tinta
Para quem pinta
Como que sugere a cama

Para quem ama

(José Chagas e Fernando Filizola, 1977)

"Palavra Acesa" é uma poesia escrita por José Chagas e Fernando Filizola e cantada pelo *Quinteto Violado*, entre outros artistas, cuja frase "se o que nos consome fosse apenas fome" sugere que, se a nossa única necessidade fosse a biológica, o pão seria suficiente; mas, como temos outras necessidades (fala, tinta, amor), a palavra é necessária. A poesia em questão nos instiga a olhar para as questões da fome na América Latina não como um fenômeno natural ou circunstancial, mas como expressão de um projeto hegemônico eurocêntrico, que historicamente estruturou o continente a partir da exploração, da concentração fundiária e da dependência econômica. Embora seja um território marcado pela abundância produtiva e biodiversidade, milhões de pessoas continuam convivendo com a insegurança alimentar, revelando que a escassez não decorre da falta de recursos, mas da forma como são distribuídos. Como já denunciava Josué de Castro (2006), pioneiro no debate sobre o tema, a fome constitui um processo social e histórico produzido por estruturas econômicas e políticas que perpetuam desigualdades.

Essa desigualdade ultrapassa os limites da privação alimentar e atravessa outras dimensões da vida social, inclusive a educação. Os índices persistentes de analfabetismo e exclusão escolar no Brasil evidenciam que a negação do acesso ao conhecimento também integra um projeto de poder herdado da lógica colonial. Assim, a fome e a precarização educacional não se configuram como problemas isolados, mas como engrenagens de um mesmo modelo societário que opera pela manutenção das hierarquias sociais.

Nesse contexto, tal dinâmica contribui para a consolidação de uma estrutura em que a classe dominante não apenas detém o controle sobre os meios materiais de produção, como plantar e colher, mas também sobre a produção e circulação do conhecimento. O saber, nesse sentido, transforma-se em um verdadeiro "latifúndio", concentrado nas mãos de poucos e utilizado como mecanismo de controle social, ao limitar o acesso das classes populares aos instrumentos necessários para a compreensão crítica da realidade.

Quando o conhecimento é apropriado e restrito, deixando de estar à disposição dos trabalhadores, ele se configura como um latifúndio tão perverso quanto o da terra, conforme apontam reflexões vinculadas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra,

evidenciando que a concentração do saber atua diretamente na reprodução das desigualdades e na manutenção das relações de dominação.

Diante desse cenário, torna-se necessário compreender de que maneira a fome, enquanto expressão das relações estruturais de poder na América Latina, articula-se à negação do acesso ao conhecimento e à reprodução das desigualdades sociais, e como a educação popular poderá ser uma prática político-pedagógica capaz de tensionar esse sistema e assim contribuir para a construção de processos emancipatórios. Como sugere a poesia, além da fome por comida, tem-se a fome por saber, sentir, viver, mas como isso se articula aos mecanismos de dominação em nosso continente, especialmente no campo educacional, uma vez que tais dimensões se entrelaçam na produção das condições de vida das classes populares. Nesse contexto, a educação popular emerge não apenas como uma resposta pedagógica, mas como práxis, ao se comprometer com a formação crítica dos sujeitos para a transformação da realidade.

Este estudo se justifica pela necessidade de compreender a fome para além de sua dimensão biológica e conjuntural, analisando-a como expressão de um projeto de sociedade historicamente estruturado na concentração de terras, de riquezas e acesso ao conhecimento. Em um cenário de desigualdades, a permanência da fome evidencia a sustentação deste projeto sob os aportes neoliberais. Ademais, a relevância deste trabalho se justifica pela articulação da fome com a educação, especialmente no acesso negado historicamente ao conhecimento, negação essa compreendida como parte de um projeto maior de dominação social. Assim, a noção de “latifúndio do saber” possibilita compreender como a concentração do conhecimento atua na reprodução das desigualdades sociais bem como refletir sobre o papel da educação popular na construção de processos de consciência e emancipação social, especialmente no contexto latino-americano, marcado por profundas desigualdades.

Para tanto, a pesquisa se caracteriza de natureza qualitativa, com cunho bibliográfico, crítico e analítico, fundamentada em autores que discutem a fome, a questão agrária e a educação popular, buscando estabelecer um diálogo entre essas categorias a fim de evidenciar suas inter-relações no processo de formação social.

Nesse sentido, o presente trabalho tem como objetivo analisar a relação entre fome e educação popular na América Latina, compreendendo como a construção da consciência crítica se insere na disputa por projetos de sociedade, tensionando a lógica dominante e apontando para a construção de alternativas emancipatórias.

Desenvolvimento

A fome, enquanto expressão de um projeto de manutenção social, implica analisar a própria formação da sociedade brasileira, historicamente marcada pela dominação das classes hegemônicas e pela perpetuação de profundas desigualdades, especialmente no que se refere ao acesso à terra. Nesse processo, a Lei de Terras de 1850 configurou-se como um marco decisivo, ao estabelecer critérios excludentes que restringiram o acesso à terra e consolidaram a concentração fundiária como base estrutural da desigualdade no país.

A questão agrária, nesse contexto, revela-se como elemento estruturante dessas desigualdades. Conforme analisa Oliveira (2007), a monopolização do território pelo capital não constitui um resquício do passado, mas uma estratégia permanente de reprodução da dependência, uma vez que a concentração da terra historicamente limita o acesso das classes populares aos meios de produção e às condições dignas de existência.

Sob essa perspectiva, a luta pela terra, protagonizada por movimentos sociais do campo como o MST e a Via Campesina, não se restringe à reivindicação por acesso a um recurso material, mas expressa a disputa por projetos de sociedade. Como aponta Fernandes (2008), a reforma agrária popular não se limita à distribuição de lotes, mas propõe a reconfiguração das relações de poder, fundamentando-se em princípios como soberania alimentar e justiça social.

A permanência do latifúndio como forma dominante de organização territorial condiciona não apenas a produção de alimentos, mas também define quem produz, para quem se produz e sob quais condições. Tal dinâmica evidencia que a escassez alimentar está intrinsecamente vinculada à função social da terra, quando é tratada como mercadoria ou reserva de valor, a fome deixa de ser um problema técnico e revela-se como imposição política (STÉDILE, 2011). Assim, evidencia-se que a fome está diretamente relacionada às formas de apropriação e uso da terra.

A dimensão dessa concentração torna-se ainda mais evidente ao considerar que, se os latifúndios brasileiros constituíssem um país, ocupariam o 12º maior território do mundo, com cerca de 2,3 milhões de quilômetros quadrados (SANTOS; GLASS, 2018). Tal cenário reforça que a fome não decorre da ausência de recursos, mas de sua distribuição desigual, atingindo sobretudo aqueles historicamente privados do acesso à terra e aos meios de produção. Nesse sentido, a fome se inscreve como expressão concreta de relações de poder, corroborando a ideia de que “quem inventou a fome foram aqueles que comem” (JESUS, 2014).

Para aprofundar essa análise, Fernandes (2009) propõe compreender a realidade latino-americana a partir do que denomina "dilema latino-americano", constituído pela articulação entre fatores internos e externos. De um lado, as estruturas internas absorvem parcialmente as transformações do capitalismo, mas limitam a integração nacional e o desenvolvimento autônomo; de outro, a dominação externa impulsiona processos de modernização apenas na medida em que estes atendam aos seus próprios interesses, sem comprometer sua hegemonia. Nesse quadro, a fome e a desigualdade na produção e distribuição de alimentos não podem ser analisadas isoladamente, mas como parte de um modelo dependente que articula exploração interna e subordinação externa.

A fome tem gênero, cor, endereço e grau de escolaridade, como aponta Nascimento (2022), afirmando assim a quem atinge a fome e gerando o seguinte questionamento: onde estão aqueles que passam fome? Ela está justamente onde tiveram o seu bem mais valioso negado: o acesso à dignidade humana, onde o acesso ao básico nunca foi garantido e onde a vida é atravessada pela falta. Não é algo espalhado ao acaso, mas concentrado em determinados corpos e territórios. "Como é horrível levantar de manhã e não ter nada para comer. Pensei até em suicidar. Eu suicidando-me é por deficiência de alimentação no estômago. E por infelicidade eu amanheci com fome" (Jesus 2014, p. 91). O fragmento em questão evidencia de forma crua e direta a realidade de quem sente fome no corpo e na vida.

Logo, este problema se manifesta de forma mais intensa nas periferias urbanas, mas também no campo, atingindo sobretudo os sujeitos historicamente colocados às margens da sociedade e privados do acesso à terra e aos meios de produção. Trata-se daqueles que Frantz Fanon (1961) denomina como os "condenados da terra", sujeitos cuja existência é marcada pela exploração, pela negação de direitos e pela desumanização produzida pelas estruturas coloniais e capitalistas.

Nesse sentido, a fome se configura como expressão concreta de uma ordem social que hierarquiza vidas e territórios, incidindo de maneira desigual sobre corpos racializados, empobrecidos e territorialmente marginalizados, evidenciando que não se distribui ao acaso, mas segue a lógica da concentração de riqueza e poder. Assim, a fome se revela como parte constitutiva de um sistema que, ao mesmo tempo em que produz abundância, nega o acesso aos bens essenciais à sobrevivência de parcelas significativas da população.

Dessa forma, compreender a fome implica reconhecê-la como produto histórico das relações sociais desiguais, sustentadas por processos de exploração e dominação que se

atualizam no presente, atravessando diferentes dimensões da vida social e incidindo de maneira desigual sobre determinados grupos e territórios. Tal compreensão permite evidenciar que a fome não se configura como um fenômeno isolado ou conjuntural, mas como parte constitutiva de uma estrutura que produz e reproduz desigualdades. Nesse sentido, torna-se imprescindível um enfrentamento de caráter estrutural, que vá além de respostas meramente assistenciais e seja capaz de incidir sobre as bases que sustentam essa realidade.

Diante desse cenário, a educação popular se constitui historicamente como uma prática político-pedagógica vinculada às lutas das classes populares, em diálogo com os territórios e com as experiências comunitárias, emergindo em contraposição ao modelo hegemônico eurocêntrico de educação tradicional. Esse modelo centraliza o saber na figura do educador e reduz a aprendizagem ao repasse de conteúdos, prática nomeada por Freire em *Pedagogia do Oprimido* de "educação bancária" que constitui um modelo pedagógico que reduz os educandos a sujeitos passivos e assim mantém a reprodução das desigualdades sociais e a manutenção da estrutura social em que a classe dominante monopoliza o saber e o capital. Essa realidade se expressa também nas condições materiais de vida, como a fome, que atinge de forma desigual esses sujeitos, como já apontava Josué de Castro (1946).

Tal dinâmica pode ser compreendida pela crítica marxista, ao evidenciar que as formas de produção material e simbólica estão subordinadas às relações de classe, fazendo com que a educação também se organize de modo a atender aos interesses da classe dominante. Nesse sentido, a fome não se apresenta como elemento isolado, mas como parte dessas mesmas relações, atingindo principalmente aqueles que são historicamente excluídos do acesso aos bens materiais e simbólicos.

A educação popular, ao contrário, nasce do confronto com essa lógica, afirmando que todo processo educativo é atravessado por disputas de projetos de sociedade, além de entender que essa disputa advém da tomada de consciência e emancipação, como propõe Paulo Freire (2013) , ao compreender a educação como prática de liberdade e condição para que os sujeitos leiam criticamente a realidade em que estão inseridos, inclusive aquela marcada pela fome e pela negação de direitos.

Freire (2013) é central nesse debate ao afirmar que não existe educação neutra. Para o autor, educar é um ato político que pode contribuir para a manutenção da ideologia dominante ou atuar no enfrentamento das estruturas de dominação. Nesta mesma perspectiva, ao discutir

a educação popular, Gohn destaca que "a emancipação real se constrói de forma proativa, na prática cotidiana e nas relações sociais, tendo como horizonte a autonomia dos sujeitos" (GOHN, 2004, p. 48).

Essa concepção dialoga com Brandão (2005), ao compreender a educação popular como uma prática que nasce no cotidiano, nas comunidades, nos movimentos sociais e nas experiências de organização popular. Para o autor, o saber não está restrito à escola ou à academia, mas é produzido nas práticas sociais, nas culturas populares e nas lutas coletivas. Reconhecer esses saberes significa romper com uma concepção elitista de conhecimento e afirmar outras epistemologias, historicamente silenciadas.

Conforme aponta Maria da Glória Gohn (2009), a educação popular contemporânea carrega a marca dos movimentos sociais, que se fortalecem como portadores de esperança e como espaços de expressão de múltiplas subjetividades. Nesse contexto, experiências de alfabetização na América Latina resgatam o espírito de confiança do povo, evidenciando o potencial transformador da educação enquanto prática social. O projeto de alfabetização cubano "Yo, sí puedo", por sua vez, emerge da necessidade de despertar esse senso de confiança coletiva, como afirma Jéssica Poroloniczak (2019, p. 73), ao destacar que "é um título curto que gera esperança e otimismo". Assim, a educação popular cumpre um papel fundamental na reconstrução de horizontes, ao contribuir para a retomada da perspectiva de futuro por parte dos sujeitos historicamente marginalizados.

Nesse sentido, no campo dos movimentos sociais, essa concepção se afirma como estratégia de formação política e de construção de consciência coletiva, uma vez que esses espaços se constituem como ambientes privilegiados de aprendizagem. Gohn (2004) destaca que os significados são construídos, socializados e ressignificados a partir da experiência concreta da luta, fazendo com que a educação ultrapasse a mera transmissão de informações e se configure como um processo de formação política, identitária e organizativa.

A dimensão territorial é elemento central para a compreensão da educação popular. O território não é apenas um espaço geográfico, mas um espaço político, simbólico e afetivo, marcado pelas relações de poder, resistências e disputas. Caldart (2004) afirma que os processos formativos construídos nos territórios de luta partem da experiência concreta dos sujeitos, articulando trabalho, cultura, educação e organização política. O território, assim, se converte em espaço pedagógico, onde se produzem saberes enraizados na vida e na luta cotidiana.

Arroyo (2012) acrescenta que os sujeitos populares constroem saberes a partir de suas trajetórias de vida, de trabalho e de resistência, marcadas por condições de desigualdade social. Para o autor, reconhecer esses saberes é um gesto político, pois implica questionar quais conhecimentos são legitimados e quais são historicamente desqualificados. A educação popular, nesse sentido, assume o compromisso de afirmar os saberes populares como conhecimentos válidos, capazes de dialogar criticamente com o saber acadêmico, especialmente quando produzidos em contextos atravessados por privações como a fome, o conhecimento e os meios de produção.

Historicamente, a educação popular ganha força a partir da década de 1950, em um contexto de intensas transformações sociais na América Latina. Experiências como a Revolução Cubana evidenciam a compreensão de que a transformação da sociedade exige uma reforma estrutural da educação. Conforme destaca Poroloniczak (2019), a defesa de uma educação integral, laica, democrática e gratuita expressa a luta pelo acesso universal aos processos educativos e pela educação como direito social, e não como mercadoria, contrapondo-se às desigualdades que marcam a realidade latino-americana.

Nesse contexto, as experiências latino-americanas evidenciam que a transformação social passa necessariamente pela reorganização do sistema educacional, de modo a atender às realidades concretas dos povos. Conforme expressa José Martí:

> Se está cometiendo en América Latina un error gravísimo: en pueblos que viven casi por completo de los productos del campo, se educa exclusivamente para la vida urbana y no se les prepara para la vida campesina [...] El pueblo más feliz es el que tenga mejor educados a sus hijos, en la instrucción del pensamiento y en la dirección de los sentimientos [...] Un pueblo instruido será siempre fuerte y libre (MARTÍ, 1973, p. 51).

Tal reflexão evidencia a necessidade de uma educação vinculada às realidades sociais e territoriais dos sujeitos, rompendo com modelos excludentes e reafirmando o papel da educação como elemento central na construção de sociedades mais justas.

Nesse horizonte, a participação da comunidade não é acessória, mas condição para a construção de processos educativos comprometidos com a transformação social. A gestão democrática, conforme aponta Paro (2016), pressupõe a participação efetiva dos sujeitos nas decisões educacionais, rompendo com práticas autoritárias e centralizadoras. Na educação popular, a gestão democrática se constrói a partir da base, no diálogo com o território e com as organizações populares, apontando para a construção coletiva de novos caminhos sociais.

Assim, a educação popular se afirma como uma prática teórico-política que articula educação, território e luta social. Ao assumir explicitamente seu caráter militante, ela não abdica do rigor sistematizado, mas o coloca a serviço da transformação da realidade. Trata-se de uma educação comprometida com os sujeitos historicamente oprimidos e com a construção coletiva de outros modos de viver, aprender e existir, o que implica, necessariamente, na disputa por projetos de sociedade.

Dessa forma, a disputa por projetos de sociedade se apresenta como elemento central para compreender os caminhos possíveis diante das desigualdades historicamente construídas na América Latina. Não se trata apenas de reconhecer a existência da fome e da exclusão, mas de questionar quais interesses sustentam essas estruturas e quais alternativas podem ser construídas a partir das classes populares. Nesse sentido, pensar um outro projeto de sociedade implica tensionar a lógica dominante e afirmar a possibilidade de organização social baseada na justiça, na igualdade e na garantia de direitos, compreendendo, como aponta Gramsci (2000), que toda disputa social é também uma disputa por hegemonia.

É nesse horizonte que a educação popular se insere como prática fundamental, ao contribuir para a construção da consciência crítica e para o fortalecimento dos sujeitos enquanto agentes de transformação. Inspirada nas contribuições de Paulo Freire (2013), essa perspectiva compreende que a emancipação não é um processo dado, mas construído coletivamente, na leitura crítica da realidade e na ação sobre ela, uma vez que "ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho, os homens se libertam em comunhão" (Paulo Freire, 1987, p. 47).

Assim, a educação popular não apenas problematiza as condições existentes, mas também aponta para a construção de novas formas de viver, aprender e existir, vinculadas a um projeto de sociedade que rompa com as bases da desigualdade, dialogando ainda com Santos (2010), ao defender a construção de alternativas contra-hegemônicas produzidas a partir das experiências dos próprios sujeitos, como formas de resistências.

Conclusões

No cerne das discussões sobre a questão agrária e educacional, evidencia-se que a fome não deve ser compreendida como fenômeno isolado ou biológico, mas como um projeto de manutenção de uma estrutura social historicamente construída, marcada pela concentração de terras, riquezas e do saber. Para tanto, permitiu-se compreender que a fome se articula a outros mecanismos para a continuidade deste sistema, como a negação do acesso à educação,

construído por projeto de sociedade que opera pela manutenção das desigualdades e pela exclusão das classes populares dos meios materiais e simbólicos de existência.

O estudo aponta o caráter estrutural das desigualdades evidenciando que para a ruptura deste modelo societário é necessária a emancipação do indivíduo. Para tanto, a superação da fome exige transformações profundas nas bases materiais e simbólicas da sociedade. A educação popular afirma-se como prática político-pedagógica indispensável à formação da consciência crítica. A educação popular vincula-se diretamente aos territórios e às lutas das classes oprimidas. Ela atua como instrumento de subversão ao "latifúndio do saber". Este processo desconstrói as formas de dominação que historicamente restringem o acesso ao conhecimento e à dignidade.

Logo, a educação popular não apenas desnaturaliza a realidade marcada pela fome e pela exclusão, mas aponta para a construção de perspectivas emancipadoras, baseada na justiça social, na igualdade e na garantia de direitos. Trata-se, portanto, de compreender a educação como elemento central na disputa por projetos de sociedade, na medida em que pode transformar as estruturas existentes.

Nesse sentido, as experiências latino-americanas, como as experiências movidas por Paulo Freire, os princípios filosóficos e pedagógicos das Escolas do MST e o Método de Alfabetização Cubano "Yo, sí puedo" demonstram que a transformação social está diretamente vinculada ao acesso universal à educação e à formação crítica dos sujeitos pela práxis freireana. Conforme Fidel Castro (1961), a ausência de educação contribui para a manutenção de processos de exploração, o que reafirma a centralidade da educação na luta contra as desigualdades e na construção de uma sociedade mais justa e emancipadora.

Referências Bibliográficas

ARROYO, Miguel Gonzáles. **Outros sujeitos, outras pedagogias**. Petrópolis: Vozes, 2012.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação popular**. São Paulo: Brasiliense, 2005.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CASTRO, Fidel. **Discurso de proclamação de Cuba como Território Livre de Analfabetismo**. Havana, 22 dez. 1961.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço**. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. 5. ed. São Paulo: Globo, 2009.

FERNANDES, Bernardo Mançano. ***Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial*.** São Paulo: Expressão Popular, 2008.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 54. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não formal e cultura política**. São Paulo: Cortez, 2004.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e educação**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. São Paulo: Ática, 2014.

MARTÍ, José. **Nuestra América**. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1977.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). **Caderno da Educação nº 03: alfabetização de jovens e adultos – como organizar**. Brasília: MST, 2021.

NASCIMENTO, Renato Carvalheira do. **Sete chaves para pensar o atual cenário da fome no Brasil: a contribuição de Josué de Castro**. In: CAMPELLO, Tereza; BORTOLETTO, Ana Paula (org.). *Da fome à fome: diálogos com Josué de Castro*. Brasília: Elefante, 2022.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: FFLCH/USP, 2007.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. São Paulo: Ática, 2016.

POROLONICZAK, Jéssica. **Educação e Revolução Cubana: fundamentos históricos e políticos**. Curitiba: Appris, 2019.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Maureen; GLASS, Verena. **Atlas da terra Brasil 2018**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2018.

STÉDILE, João Pedro. **A questão agrária no Brasil: o debate na década de 2000**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.